

# Vagas e competência

O GLOBO

**HÁ VAGAS** nas universidades brasileiras, descobriu agora o Ministério da Educação (MEC), prontamente qualificando-as como ociosas, isto é, como oportunidades perdidas de acesso ao ensino superior.

**PIOR**, porém, que essa classificação discutível, é a proposta que se anuncia; ela reproduz, às avessas, o mito do vestibulando "excedente", que tanto tempo levou para ser desfeito. Outrora, era o jovem estudante que se recusava a aceitar a desqualificação acadêmica, orlando-se com o título de excedente e por aí insinuando um direito, ao arpejo da competência. Hoje, é o conceito do MEC, a quem compete renovar e dirigir a política educacional do País, que se compromete com uma estratégia de estarrecer pelo primarismo: o vestibular será modificado, com vistas sobretudo à solução (?) do problema da capacidade física da Universidade, com bastante ligeireza logo dita ociosa.

**É MAIS** uma solução de facilidade, no rol de uma política educacional sempre a fugir das soluções de verdade.

**O** MEC deveria saber, através dos registros de sua própria

Secretaria de Ensino Superior, que o número de vagas não preenchidas atualmente constatado — 15 mil — não é de espantar, porque de maneira alguma é inédito: só no Estado de São Paulo já deixaram de ser preenchidas 17 mil vagas. Quando? Em 1972; e ninguém pense que de lá para cá se tenha exaurido a técnica de "fabricação" de vagas.

**CAPACIDADE** ociosa costuma ser erro de planejamento de uma administração perdulária. É a isso que deveria atender o MEC, há bem pouco tempo tão preocupado com a absorção de quase todo o seu orçamento pelo atendimento ao ensino superior; e não com uma revisão do vestibular, que apenas incentive tal imprevisão. Haverá sempre vagas ociosas numa escola agrícola aberta nos Pólos, em cursos de línguas mortas oferecidas a uma clientela semi-alfabetizada, ou de artes clássicas onde ainda se luta por um mínimo de subsistência.

**PIOR** é que essa pretensa inovação nos vestibulares colide com a autonomia universitária — administrativa e didática. A cada universidade é que cabe ajustar-se à realidade regional, à evolução das preferên-

cias e opções; realizar, em síntese, o encontro entre oferta e procura. Assim como é a cada universidade que toca zelar pela própria qualidade acadêmica e, em consequência, fixar seu próprio tipo de vestibular.

**O** QUE está na tradição educacional brasileira, desde o início do século, que, de resto, atende a nossa realidade, é que o vestibular é um concurso: não há passagem automática do Segundo para o Terceiro Grau. Ou se admite o vestibular como um decantar das habilitações, ou se rebaixa a Universidade a um prolongamento — ou pronto-socorro — do Segundo Grau; e, de carência em carência, se chegará ao prodígio da pós-graduação em alfabetização.

**O** VESTIBULAR brasileiro, com os progressos inegáveis alcançados nos últimos anos e que derivaram, em muitos casos, da iniciativa das universidades, admitindo-se-lhes um mínimo de autonomia, só é elitista para quem confunde igualdade de oportunidades com oportunidades iguais. Confusão a que se chega pautando o acesso à Universidade pelo arbítrio de criar vagas; ou pela compulsão de preenchê-las.